



**ASPECTOS DA HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA E LINGUÍSTICA DO
BRASIL**

**ASPECTS OF THE SOCIOECONOMIC AND LINGUISTIC HISTORY OF
BRAZIL**

Carlos Alberto Faraco¹

Resumo

O objetivo do texto é discutir aspectos da história socioeconômica e linguística da sociedade brasileira. Busca-se analisar os efeitos sociolinguísticos da formação mercantilista escravocrata, própria do período colonial; do capitalismo industrial e do capitalismo tardio. O texto se fundamenta numa ampla revisão bibliográfica e mostra que a sociedade brasileira do século XXI alberga, conflituosamente, os efeitos socioeconômicos e linguísticos da formação colonial, do desenvolvimento precário do capitalismo industrial e dos desafios trazidos pelo capitalismo tardio.

Palavras-chave: Português brasileiro; História socioeconômica; História linguística.

Abstract

The aim of this article is to discuss aspects of the socioeconomic and linguistic history of the Brazilian society. It offers an analysis of the sociolinguistic effects of the slave-based mercantilist formation, proper to the colonial period; of industrial capitalism and of late capitalism. The text is based on an extensive bibliographic review and it demonstrates that present Brazilian society harbors, in conflicting relationship, the socioeconomic and linguistic effects of the co-

1 Universidade Federal do Paraná. E-mail: carlosfaraco62@gmail.com.

Recebido em: 02/11/2018

Aceito em: 27/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

lonial formation, of the precarious development of industrial capitalism and of the challenges brought by late capitalism.

Keywords: Brazilian Portuguese; Socioeconomic history; Linguistic history.

1. Apresentação

Dentre os vários temas de pesquisa a que Dinah Callou tem dedicado sua atenção, se encontram dois que coincidem com meus interesses: a história social do português no Brasil e a construção da norma brasileira de referência. No trato dos dois temas, Dinah Callou tem sido inovadora. No primeiro, desenvolveu uma exemplar análise da história social da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e de seus reflexos linguísticos (cf. CALLOU, 2002). No segundo, entre outros importantes trabalhos, Dinah Callou estudou a normatização da variedade culta brasileira em final de oitocentos, abrindo uma senda importante de investigação ao identificar elementos fundamentais para se entender esse complexo processo, elementos que se articulam entre si – manuais de gramática, identificação dos textos-modelos para a sociedade da época e cobrança de conteúdos de provas de concurso para o magistério público – e cuja análise permite que se evite qualquer risco de estabelecer falsas generalizações (cf. CALLOU & BARBOSA, 2009).

A análise da história social e linguística da cidade do Rio de Janeiro deu diretrizes para uma dimensão pontual (localizada) do estudo da história social da língua portuguesa no Brasil. Análises pontuais como esta têm de continuar a ser feitas para alcançarmos um panorama mais detalhado das diferentes faces da expansão e consolidação do português no território brasileiro.

Ao lado dessas análises pontuais, entendo que precisamos também não perder de vista uma dimensão mais geral da história socioeconômica da sociedade brasileira e seus reflexos linguísticos mais globais. Ou seja, compor a história social e linguística ajuntando aspectos próprios de uma micro-história com aspectos próprios de uma macro-história. É um pouco desta macro-história que pretendo explorar neste texto que escrevo em homenagem a Dinah Callou, celebrando, com muita alegria, seus 80 anos de vida e sua profícua carreira acadêmica.

2. Os centros propulsores

A formação da sociedade brasileira resultou de processos muito heterogêneos e conectados não a um, mas a vários centros propulsores. A dinâmica colonial foi delimitando *ilhas* socioeconômicas que só vieram a se ligar mais regularmente no século XVIII, como consequência da descoberta do ouro na região central da colônia, e só constituíram um todo politicamente configurado e estável a partir da segunda metade do século XIX. Essa complexidade histórica teve diversos efeitos sobre o perfil sociolinguístico da sociedade, como veremos adiante.

Os principais centros propulsores da ocupação do território e do estabelecimento das

diferentes *ilhas* socioeconômicas foram (entre parênteses, a data da respectiva fundação): São Vicente (1532)/São Paulo (1554), Olinda (1535)/Recife (1537), Salvador (1550), São Luís (1612)/Belém (1616).

Posteriormente, com a descoberta do ouro em Minas, o Rio de Janeiro, fundado em 1565, foi adquirindo especial relevância a ponto de se tornar, em 1763, a capital do Estado do Brasil. Era o principal porto de saída do ouro para Portugal e o núcleo urbano de referência da progressiva ocupação do vale do rio Paraíba do Sul, região que concentrou as fazendas de café – cultura que, introduzida no século XVIII, se transformou na principal fonte de riqueza do Brasil no século XIX e início do XX. Por tudo isso, o Rio de Janeiro acabou por se tornar também o principal porto do tráfico de escravizados africanos até sua efetiva abolição em 1850, depois de 40 anos de delongas e chicanas legais e jurídicas (cf. MAMIGONIAN, 2017; SCHWARCZ & GOMES, 2018).

Olinda foi a cidade-sede da Capitania de Pernambuco, região onde se desenvolveu com sucesso o plantio extensivo da cana-de-açúcar e donde partiu a progressiva ocupação do litoral e do interior do Nordeste. A cidade, e parte da região açucareira, foi invadida e ocupada no século XVII pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais como parte de seu projeto de dominar a produção e o comércio mundial do açúcar. Ali permaneceram de 1630 a 1654. Estiveram também envolvidos, nesse mesmo período, com o tráfico de escravizados africanos, tendo, para isso, ocupado vários entrepostos portugueses da costa da África, Angola inclusive.

De São Vicente, por sua vez, partiu a ocupação do litoral sul e, posteriormente, de São Paulo, a ocupação do interior: o vale do rio Tietê, o Sul, o Centro-Oeste e o sertão de Minas Gerais, onde, no fim do século XVII, foi descoberto ouro, alterando substancialmente a realidade socioeconômica do Brasil.

Salvador foi sede do governo geral da colônia de 1550 a 1763. Dali partiu a ocupação do Recôncavo Baiano, de partes do sertão nordestino e, juntamente com Olinda, do vale do rio São Francisco, onde se desenvolveu principalmente a criação de gado. A região litorânea estava ligada à economia açucareira. Nesse contexto, o porto de Salvador se tornou um dos mais importantes da América. Era um dos pontos nucleares do comércio do império colonial português, mantendo vínculos estreitos com Lisboa, com a África e mesmo com a Ásia. Teve, em consequência, papel central no tráfico de escravizados africanos até, pelo menos, o início do século XVIII.

São Luís foi o primeiro núcleo urbano de apoio à ocupação da região norte do território, a vasta bacia do rio Amazonas. Sediou a administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1621, até o início do século XVIII, quando a capital foi transferida para Belém e o Estado renomeado de Grão-Pará e Maranhão.

Em cada uma dessas *ilhas* (*os Brasis*, como eram chamadas à época – cf. RICUPERO,

2017, p. 79; e SILVA, 2011, p. 26), desenvolveram-se formações socioeconômicas com características bastante específicas – especificidades que se refletiram diretamente sobre a realidade sociolinguística. Assim, no Nordeste, a conquista de terras para a cana-de-açúcar desbaratou boa parte da população indígena por um conjunto de fatores, tais como as doenças, as guerras, a fuga para o sertão, a escravização e a própria miscigenação, o que abriu espaço para o português logo se tornar ali a língua dominante.

Por outro lado, já na segunda metade do século XVI, a região começou a receber – sempre em número crescente – os escravizados trazidos da costa africana para sustentar a produção açucareira.

Para explicar a opção pela escravidão africana – que já era praticada desde o século XV em outros espaços sob domínio português, como a ilha da Madeira e o arquipélago de Cabo Verde –, os historiadores costumam destacar a dificuldade cada vez maior de acesso à mão de obra indígena pelas razões anteriormente referidas. Além disso, não se deixa de mencionar a repugnância dos homens indígenas, sobretudo entre os tupis, em trabalhar nas lavouras, atividade que, na divisão social do trabalho em sua cultura, era própria das mulheres.

A escravidão africana predominou primeiro nas áreas ligadas à agricultura de exportação do Nordeste açucareiro, e, depois, já no século XVIII, nas áreas ligadas à mineração e à produção de café.

Os historiadores apontam também que, diferentemente da situação da América do Norte, onde a população escrava apresentou crescimento endógeno, a escravidão no Brasil dependeu fortemente do tráfico pelo fato de terem sido trazidos para cá muito mais homens adultos do que mulheres. Desse modo, o tráfico de escravizados africanos, que trouxe para o Brasil entre 4 e 5 milhões de pessoas, se tornou uma atividade altamente lucrativa entre a África e o Brasil do fim do século XVI à metade do século XIX (cf. ALENCASTRO, 2000; e VAINFAS, 2001, p. 205-9).

Os africanos escravizados que aqui chegavam falavam várias línguas e, pelo processo precário de aprendizado do português a que estavam submetidos, alteraram substancialmente o panorama sociolinguístico da região e, posteriormente, de outros pontos do país, conforme argumentou Rosa Virgínia Mattos e Silva (SILVA, 2004) a propósito da formação e difusão do português popular no Brasil (v. adiante).

Calcula-se que aproximadamente 200 a 300 línguas africanas tenham aportado no Brasil (cf. PETTER, 2006). Nenhuma dessas línguas sobreviveu (salvo alguns resquícios em celebrações litúrgicas das religiões afro-brasileiras e num léxico de origem africana, corrente como uma espécie de *língua secreta*, em algumas poucas comunidades negras rurais isoladas – cf. PETTER, 2006).

As causas do desaparecimento das línguas africanas foram muitas e de difícil apreensão

pela quase absoluta falta de dados. Muito do que se pode dizer é, portanto, apenas especulativo, sem, contudo, perder de vista o fato de que é impossível falar da história linguística da sociedade brasileira sem incluir, como ingrediente fundamental, o multilinguismo, o consequente contato massivo de línguas e o aprendizado do português como língua segunda por processos de transmissão irregular.

Postos em contato num mesmo espaço, falantes de línguas muito diversas tendem a abandoná-las, buscando construir condições de interação por sobre o multilinguismo. A diversidade acaba por favorecer, nesse sentido, uma relativa uniformização. E isso pode ter ocorrido com africanos no Brasil: foram levados, por exemplo, a adotar uma ou outra língua africana que, como o quimbundo, podia funcionar como língua franca entre falantes de línguas aparentadas ou de línguas isoladas.

Mesmo essas línguas francas foram, porém, progressivamente abandonadas em favor do português. No entanto, ainda na primeira metade do século XIX (período em que continuou a entrar no país um grande contingente de africanos escravizados, talvez o período mais intenso do tráfico, apesar das sucessivas proibições legais), há indícios de que muitos escravizados, em especial os urbanos, eram bilíngues em diferentes graus.

O estudo dos anúncios de escravos fugidos que apareciam com frequência na imprensa carioca (cf. LIMA, 2012, 2014) mostra que a cidade era um verdadeiro *museu de línguas africanas* (na expressão da historiadora Mary Karasch em seu livro sobre a vida dos escravos no Rio entre 1808 e 1850). E o trabalho de Nina Rodrigues, feito no fim do século XIX, atestava também a existência de multilinguismo africano em Salvador (cf. PETTER, 2006).

Por outro lado, acredita-se que um certo número de africanos chegava ao Brasil com algum conhecimento de português em razão de virem deslocados da atividade agrícola estável nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé, constituindo, de início, uma espécie de elite trabalhadora técnica (cf. REIS, 2007, p. 82).

Faz-se também menção ao fato de que muitos escravizados aguardavam durante meses o embarque nos grandes entrepostos da costa africana (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 82), convivendo ali seja com feitores que usavam a língua portuguesa (certamente numa forma simplificada) na interação com a massa cativa multilíngue, seja com escravizados que tinham já algum conhecimento do português. Esse convívio se prolongava no interior dos navios negreiros na longa travessia do Atlântico, que variava de 35 a 50 dias (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 84).

Além disso, como mostra Almeida (2012, p. 65 e seg.), havia, nos navios negreiros, escravizados-intérpretes – africanos que se *explicavam bem em português*, e que faziam a ligação entre os capitães e a massa dos cativos para prevenir revoltas e possibilitar a veiculação de ordens. Eram, em geral, africanos de diferentes nações, “o que demonstra um recrutamento

cuidadoso de escravizados ou livres para superar as barreiras linguísticas” (ALMEIDA, 2012, p. 66). Eram muito valorizados pelos capitães, que, para ganhar sua lealdade, lhes dispensavam tratamento especial, permitindo, por exemplo, que comessem com os outros marinheiros e não fossem agrilhoados (ALMEIDA, 2012, p. 66).

Eram situações como essas que favoreciam a adoção do português como língua franca pelos escravizados, mesmo que precariamente. A maioria deles certamente não tinham esse conhecimento ao chegar e aprendiam o português mais rápida ou lentamente dependendo dos diferentes contextos socioeconômicos para os quais eram deslocados (cf. REIS, 2007, p. 81).

Dentre as muitas razões para o abandono das línguas francas africanas, talvez a mais importante tenha sido o comércio interno de escravizados decorrente dos deslocamentos dos centros econômicos do Nordeste para Minas e, depois, para o vale do Paraíba do Sul. Contingentes de escravizados foram, assim, transpostos para outras regiões e contextos, redefinindo seu quadro de relações e, com isso, sendo forçados a alterar seus usos linguísticos.

E aqui entram, na nossa história sociolinguística, os muitos efeitos da descoberta do ouro em Minas Gerais na década de 1690. Durante os 70 anos seguintes, fluíram para lá grandes contingentes populacionais, vindos das mais diversas *ilhas* coloniais e da própria metrópole. Foi a primeira grande movimentação populacional da história do Brasil, da qual resultou um progressivo redesenho da ocupação do território e do ordenamento social e econômico do conjunto da colônia.

Calcula-se que, de 1700 a 1720, foi superior a 150 mil pessoas a massa humana que se dirigiu a Minas vinda das várias *ilhas* coloniais (cf. BUENO, 2003, p. 101), incluindo escravizados deslocados das regiões canavieiras do Nordeste.

A população cativa da região aurífera por volta de 1720 já somava 45 mil pessoas, “cifra que cresceu para a marca de 95.366 em 1745 e alcançou 174 mil em 1786” (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 122). Somavam-se em Minas os escravizados trazidos do Nordeste com aqueles muitos outros que continuaram a ser trazidos da África pelo tráfico.

De Portugal, entre 1701 e 1760, vieram aproximadamente 600 mil pessoas – uma verdadeira avalanche de gente, cerca de 10 mil por ano, em contraste com o caráter restrito do processo migratório dos dois séculos anteriores pelo qual não mais que 100 mil portugueses teriam aqui desembarcado (cf. VENÂNCIO, 2007, p. 71).

Além desse portentoso incremento populacional, estabeleceram-se, para garantir o abastecimento da região mineira (que, de início, passou por vários ciclos de fome – cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 115), redes de comércio com São Paulo e o Sul; e com a Bahia e o Nordeste, acrescidas da ligação com o Rio de Janeiro. Começavam, assim, a ser amarradas as diversas *ilhas* coloniais num todo territorial e político.

A progressiva unificação territorial que a descoberta do ouro proporcionou; o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região aurífera; a vinda maciça de portugueses metropolitanos; as redes comerciais que se criaram para o abastecimento das Minas Gerais (unindo o Centro, o Nordeste, o Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro e, assim, favorecendo o trânsito inter-regional da língua portuguesa); o estabelecimento de uma sociedade urbana em grau até então nunca visto nos espaços coloniais (o que fez surgir e crescer um segmento socioeconômico médio e letrado praticamente inexistente nos séculos anteriores) – todo esse novo quadro econômico e social teve um impacto duradouro na história da língua portuguesa no Brasil, seja em sua dimensão dita culta, seja em sua dimensão dita popular.

Ocorreu, no século XVIII, uma verdadeira virada sociolinguística com o português entrando numa curva ascendente como língua de uso geral na sociedade brasileira. Ou, para usar a expressão de Dante Lucchesi (2008, p. 154), deu-se aí a “primeira vaga de lusofonização do Brasil”.

Diante do novo quadro econômico e social criado pela descoberta do ouro, o multilinguismo generalizado dos dois séculos anteriores começava, aos poucos, a perder terreno. Não ainda na Amazônia (que só veio a conhecer sua lusofonização no fim do século XIX e início do XX), mas já no Estado do Brasil.

A hegemonia da língua portuguesa na sociedade brasileira não se deu, portanto, do dia para a noite, nem estava dada já no século XVI. Foi antes o resultado de um processo de longa duração intrinsecamente interligado com fatores socioeconômicos.

3. Perfil sociolinguístico inicial

O Nordeste, pela sua inserção na principal atividade agrícola-comercial do período, mantinha estreita vinculação com a metrópole e abrigava o principal centro administrativo da colônia, residência dos altos funcionários coloniais – governadores, magistrados, clérigos e militares. Desse modo, foi a região em que a língua portuguesa se implantou mais rapidamente, seja na sua vertente prestigiada (praticada pelos funcionários da alta administração e pela elite econômica), seja na sua vertente dita popular, caracterizada por profunda erosão de aspectos morfossintáticos decorrente de seu aprendizado como língua segunda, em processo de transmissão linguística irregular, pelos segmentos populacionais subalternos e escravizados: indígenas, africanos e seus descendentes (cf. LUCCHESI, 2015).

Já a região de São Vicente e São Paulo – embora São Vicente tenha tido, de início, seus engenhos – não se distinguiu como produtora extensiva de açúcar. Não esteve, portanto, diretamente inserida na dinâmica mercantil exportadora como o Nordeste. A subida para o planalto e a fundação de São Paulo acabaram por direcionar a sociedade que aí se construiu para outras atividades econômicas, como a criação de gado e a produção agrícola voltada antes para um

mercado interno do que para a economia exportadora. Por isso tudo, as relações com a metrópole eram menos frequentes e intensas aqui do que o eram no Nordeste açucareiro.

Os paulistas se dedicaram também à busca de ouro e prata (o que os levou ao sertão de Minas Gerais e ao Centro-Oeste) e à captura e escravização dos indígenas, o que os levou para o Sul, onde se encontravam grandes contingentes de população indígena nas reduções criadas pelos jesuítas espanhóis na bacia do rio Paraná.

Em todo esse processo, os paulistas estabeleceram e consolidaram alianças com as nações indígenas que não lhes eram hostis. Dessas alianças decorreu um convívio mais duradouro com os indígenas de etnias não escravizadas e uma rede de relações familiares miscigenadas que deram à região um perfil sociolinguístico muito diverso do que aquele que se via no Nordeste.

Essas alianças foram facilitadas, quando da chegada dos europeus, pelo costume dos povos do macro grupo tupi-guarani de se aliarem com grupos próximos por meio de casamentos. Como se pode ler em Caldeira (2017, p. 33), a aceitação do forasteiro se fazia pelo casamento de aliança com uma filha de chefe, simbolizando o pacto que se fazia com todo o povo do noivo.

Se entre os indígenas as alianças eram principalmente por interesse bélico, as que se realizaram com os europeus visavam também os benefícios oriundos do escambo por objetos de ferro. Houve dessas alianças em vários pontos do território. Muitas terminaram em desentendimentos e conflitos. Em São Vicente/São Paulo, porém, as alianças foram duradouras, o que estimulou a miscigenação e a constituição de inúmeras entidades familiares reunindo homem português e mulher indígena. Foi por essa via que passou a predominar, na área sob controle paulista, a chamada *língua geral paulista* e assim foi até quase o fim do século XVIII (cf. HOLANDA, 2010 [1944]). A sociedade que aí se constituiu, não fossem a descoberta do ouro em Minas Gerais e as profundas alterações socioeconômicas que dela decorreram, caminhava, certamente, para um quadro de diglossia com boa parte da população falando uma língua de origem indígena ao lado de uma minoria de fala portuguesa (e, em muitos casos, bilíngue), à semelhança, talvez, do que se encontra ainda hoje na sociedade paraguaia.

Um quadro muito parecido se desenvolveu na região amazônica. Ali também, a partir do Maranhão, portugueses – seja para as guerras com outras etnias, seja para expedições de entrada pelo rio Amazonas e sua bacia – se aliaram aos tupinambás. Sendo os indígenas mais numerosos que os portugueses, estes adotaram sua língua, que veio a se transformar na *língua geral amazônica*.

Esta foi língua franca na Amazônia até o fim do século XIX. Está hoje restrita a áreas do Alto Rio Negro em consequência de vários eventos históricos que reconfiguraram a demografia e a vida econômica da Amazônia (cf. FREIRE, 2004), tais como a revolta dos cabanos, de 1835 a 1840, em cuja violenta repressão calcula-se que foram mortas 40 mil pessoas (um quarto da população recenseada da região), todos falantes da língua geral amazônica. Por outro lado, à

época em que se deu o ciclo econômico da borracha (1870-1912), perto de 500 mil nordestinos, todos falantes de língua portuguesa, se deslocaram para a Amazônia, contribuindo para uma significativa lusitanização linguística da região. Por fim, a introdução da navegação a vapor na bacia do Amazonas reduziu drasticamente a circulação das antigas canoas e o contato regular entre as populações ribeirinhas, que foram abandonando o uso da língua geral.

No processo de consolidação e difusão da língua geral amazônica, tiveram papel determinante os missionários jesuítas que, em 1638, receberam da Coroa o governo temporal e espiritual dos povos indígenas amazônicos (cf. MAGALHÃES, 2011). A ação dos jesuítas na Amazônia se identificou de tal modo com a língua geral que foi este um dos pontos cruciais do conflito que se estabeleceu, a partir de 1750, entre os missionários e o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao tempo da administração do marquês de Pombal (1699-1782) como ministro do rei D. José I (1714-1777 / rei de 1750 a 1777).

Pombal enviou, em 1750, seu irmão, Francisco Xavier Mendonça Furtado (1700-1769), como governador com a missão de supervisionar o cumprimento do Tratado de Madrid, assinado naquele mesmo ano e pelo qual Espanha e Portugal definiram as fronteiras de suas respectivas colônias na região amazônica. Chegando em Belém, Mendonça Furtado se deu conta do poder econômico e político dos missionários e da inexpressiva presença da língua portuguesa entre a população local. Não demorou a entrar em choque com os jesuítas, que tinham o controle de fato da região havia mais de um século e usavam, em suas missões e na gestão de suas vastas propriedades econômicas, exclusivamente a língua geral.

Mendonça Furtado tomou várias medidas contra os missionários, obtendo de seu irmão ministro leis que: (a) tiraram dos jesuítas o governo temporal das aldeias, que foram todas convertidas em vilas; (b) emanciparam os índios, equiparando-os juridicamente aos demais cidadãos; (c) estimularam os casamentos de portugueses com mulheres indígenas. E, na sequência, obteve a publicação, em 1757, de um amplo documento – o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* – que definia toda uma nova política para as populações indígenas, invertendo o que tinha sido feito desde o século XVI: abandonava-se a política anterior de delegar aos jesuítas o governo temporal e espiritual dos povos indígenas e buscava-se sua vinculação à esfera do Estado (cf. ALMEIDA, 1997).

Nesse mesmo documento, buscava-se dar novo rumo à questão linguística do território. A política linguística relativa aos povos indígenas tinha sido até então pouco incisiva e bastante oscilante. As ordens reais ora recomendavam o ensino de português tão logo os índios tivessem sido catequizados, ora incentivavam o conhecimento e o uso da língua geral (cf. MARIANI, 2004). O *Diretório*, em seu parágrafo 6, condenou explicitamente a língua geral como *invenção verdadeiramente abominável e diabólica* e proibiu aos índios vivendo nas vilas o uso das línguas próprias de suas nações e da língua geral. Curiosamente, esse texto não estendia essa última proibição aos demais segmentos da população que eram também falantes, em sua maio-

ria, da língua geral. O *Diretório* determinava que, nas aldeias agora transformadas em vilas, fossem estabelecidas escolas nas quais se deveria ensinar português, meta que nunca chegou a ser cumprida, como mostra a documentação da época (cf. FREIRE, 2004).

Essa lei – embora muitas vezes louvada equivocadamente como responsável pela hegemonia da língua portuguesa no Brasil (cf., entre outros, LIMA, 2012) – teve pouco resultado prático (cf., FARACO, 2016, p. 98 e segs.). Para confirmar essa afirmação, basta ler a pormenorizada análise que Freire (2004) fez da história social das línguas na Amazônia. A língua geral amazônica só começou a perder falantes na segunda metade do século XIX e não como efeito do *Diretório* (revogado em 1798), mas das profundas mudanças demográficas e econômicas que ocorreram na região.

Apesar de ter se exaurido antes mesmo de ser posto em prática, o *Diretório* – cujas determinações foram estendidas ao Estado do Brasil em 1758 – certamente serviu para alimentar, entre os administradores e a elite colonial, o imaginário de uma sociedade monolíngue, que até hoje é repetido acriticamente, mas com orgulho, seja em discursos oficiais (cf., por exemplo, entre outros, o discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003), seja no discurso de senso comum.

Se foi preciso mais de um século ainda depois do *Diretório* para que o português se tornasse, em decorrência de vários fatores socioeconômicos, efetivamente a língua hegemônica da Amazônia, as forças do imaginário já operavam com o interdito das línguas indígenas e da língua geral. Marginalizados e depreciados seus falantes, a sociedade brasileira deixou de ouvir suas vozes e deu vazão ao imaginário de um país monolíngue.

Esse imaginário, embora ainda muito ativo nos discursos sobre a língua no Brasil, tem sido confrontado, nos últimos anos, em particular a partir da Constituição de 1988 que, se, de um lado, incluiu, pela primeira vez na história constitucional brasileira, um artigo que declara o português como a língua oficial da República, reconheceu, de outro, também pela primeira vez, o direito dos povos indígenas (art. 231) a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

A Constituição de 1988 ainda não chegou a declarar o Brasil como uma sociedade multilíngue e multicultural (como já ocorreu nas Constituições do México e da Bolívia, por exemplo), mas acolheu, depois de séculos de ostracismo, seus povos indígenas e reconheceu sua individualidade e especificidade, em especial o domínio sobre a terra que ocupam, um dos pontos de grandes conflitos (que, mesmo hoje, chegam a ser sangrentos) entre os indígenas e as frentes de expansão agrícola e mineradora.

De qualquer forma, insistir no imaginário de país monolíngue é virar as costas para a realidade multilíngue da sociedade brasileira. Ao lado da indiscutível hegemonia da língua portuguesa, não se pode deixar de fazer referência às quase duas centenas de línguas indígenas

(pequena parcela que restou do genocídio e glotocídio do processo colonizador – a maior parte a caminho da extinção); às aproximadamente três dezenas de línguas de herança (desde as mais antigas, trazidas por imigrantes germânicos, eslavos, italianos, árabes e japoneses, até as mais recentes, trazidas por imigrantes coreanos, chineses, sul-americanos ou haitianos); aos resquícios de línguas africanas nas cerimônias ritualísticas das religiões afro-brasileiras; à língua brasileira de sinais (LIBRAS); e à rede de relações interlinguísticas, um quase bilinguismo, que se desenvolve nas fronteiras principalmente com o espanhol, mas também com outras línguas como o guarani, o francês e a língua crioula da Guiana Francesa, o inglês e a língua crioula da República da Guiana.

4. O emergir das duas grandes variedades do português brasileiro

Rosa Virgínia Mattos e Silva – somando os dados da mobilidade populacional com a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX (período em que nunca passou de 30% o percentual de portugueses e lusodescendentes não mestiços; e em que a população africana e de afrodescendentes chegou a constituir aproximadamente 60% do total) – concluiu que foram os africanos e afrodescendentes os grandes responsáveis pela difusão pelo território brasileiro do chamado português popular (cf. SILVA, 2004, p. 130).

O português, na experiência interacional de milhões de aloglotas (falado, portanto, basicamente como língua segunda) – que viviam em posição socioeconômica subalterna, sem direito à escolarização e, por consequência, sem acesso continuado e frequente a modelos consistentes de prestígio – foi passando por transformações, caracterizadas em especial por simplificação ou eliminação de certas estruturas, em especial da morfologia flexional, que desembocaram no português popular brasileiro.

Esse processo, chamado de transmissão linguística irregular, se diferencia da crioulição típica porque dele não emerge uma nova língua, mas variedades de uma mesma língua (cf. LUCCHESI, 2015). É, portanto, do contato entre línguas e da adoção do português como língua segunda por aloglotas escravizados (e sua posterior nativização) que nasceram as variedades do português popular e se criou a divisão e a polarização sociolinguística da sociedade brasileira. Esta realidade sociolinguística polarizada ainda forte no país foi, portanto, efeito direto da profunda divisão socioeconômica característica da sociedade colonial escravocrata e da transmissão linguística irregular.

Com esse amplo panorama, temos elementos não só para explicar o conjunto de variedades populares do português brasileiro, mas também para explicar sua extensão territorial e relativa uniformidade; e, por fim, para entender o desprezo ainda hoje tão forte de que as variedades populares são alvo.

Elas tipicamente identificavam a população escravizada, a população pobre, os negros

libertos, a população mestiça, a população sem direito aos bens da escolaridade e da cultura. E a *boa sociedade*, a *sociedade dos homens bons*, a *camada superior* (expressões correntes no século XIX – cf. MATTOS, 1987) não queria, em hipótese alguma, identificar-se com essa população. Se a cor da pele funcionava (e continua funcionando) como marcador social da diferença, a língua portuguesa dividida e polarizada cumpria (e continua cumprindo) essa mesma função.

O grupo social dominante – a *boa sociedade*, a elite socioeconômica e letrada, à qual se foram agregando os segmentos médios em crescimento desde a sedimentação dos núcleos urbanos da região mineira no século XVIII – constituiu, como falante de variedades prestigiadas da língua, o polo responsável pela *lusofonização por cima* da sociedade brasileira, garantindo, por seu turno, a relativa uniformidade do português brasileiro culto.

Esse grupo foi sempre proporcionalmente pequeno. Mantinha laços contínuos com a metrópole (em decorrência da rede de circulação do estamento administrativo pelo espaço colonial português – cf. BICALHO & FERLINI, 2005). Tinha acesso à formação escolar (constituía “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” – cf. CARVALHO, 2007, p. 65). E muitos de seus membros iam a Coimbra para frequentar os cursos superiores, principalmente o curso jurídico.

Carvalho (2007) considera que essa educação superior, concentrada na formação jurídica (primeiro em Coimbra e, mais tarde, também nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, criadas depois da Independência, em 1827), fornecia um núcleo relativamente homogêneo de conhecimentos, habilidades e valores a pessoas oriundas de várias regiões, inculcando nelas uma perspectiva ideológica bastante uniforme que, depois, se multiplicava em suas redes de relações e sociabilidade, garantindo uma unidade por sobre as peculiaridades regionais.

Durante o Império foi essa classe senhorial (nos termos de MATTOS, 1987) que, além de ter a grande propriedade rural em suas mãos, ocupava os cargos da alta burocracia (senadores, ministros, conselheiros de Estado, presidentes de província, magistrados, bispos, provedores da fazenda, chefes militares), circulava continuamente pelo Império no exercício da gestão pública e, transbordando assim do econômico para a organização e direção de toda a sociedade, foi a responsável pela construção do Estado Imperial e foi também responsável pela consolidação e difusão de seu modo de falar a língua portuguesa, que, pela sua história social, era típica expressão de uma sociedade em muitos aspectos semelhante à sociedade de corte (nos termos de ELIAS, 2001).

Esse grupo dominante recebeu grande impulso com a vinda da família real em 1808 e a transferência para o Rio de Janeiro da sede da monarquia. Calcula-se que vieram junto com D. João perto de 15 mil pessoas (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 166). Houve certamente um forte impacto sociolinguístico dessa avalanche humana numa cidade ainda acanhada, mas que cresceria rapidamente, pulando de aproximadamente 60 mil habitantes em 1808 para 100 mil em 1817 (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 528, nota 44).

A diminuta elite tradicional se via reforçada em seu modelo de língua que, progressivamente, foi recebendo também o suporte cultural de outras medidas advindas da presença da Corte no Brasil, como a criação da Imprensa Régia (pela primeira vez, em 300 anos, era possível imprimir livros e jornais no Brasil); a vinda da Missão Artística Francesa (1817); a criação da Escola de Medicina da Bahia (1808) e da Academia Militar no Rio de Janeiro (1810); e a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1827) e de uma rede escolar de ensino secundário nas capitais das Províncias, tendo o Colégio Pedro II (fundado em 1837) como cabeça e referência, e voltada à formação dos filhos dessa mesma elite.

É muito claro, portanto, que não se pode falar de uma história sociopolítica única da língua portuguesa no Brasil. Numa sociedade polarizada socioeconomicamente desde o início da colonização, a língua caminhou, de fato, por duas grandes trilhas paralelas, cada qual com sua própria dinâmica.

Com o passar do tempo e em meio às profundas mudanças socioeconômicas que ocorreram, em especial durante o século XX (mudanças que continuam a ocorrer), essas duas trilhas vão conhecendo uma dialética de interpenetrações que vai redesenhando o perfil sociolinguístico do Brasil, com resultados ainda não suficientemente captados pelos estudos.

Esse processo dialético é lento e complexo, mas, dadas as condições objetivas, constante e irreversível. A polarização sociolinguística e as atitudes discriminatórias negativas continuam presentes. No entanto, são perceptíveis os muitos efeitos sobre a realidade sociolinguística do país (que apontam para a emergência de um certo nivelamento linguístico da sociedade brasileira – cf. LUCCHESI, 2015) de vários fatores tais como:

- a industrialização – que se inicia nos fins do século XIX e se acelera depois das décadas de 1930 e 40 e transforma o perfil tradicionalmente agrícola do país;
- a urbanização intensiva – que, decorrente da industrialização, provocou um dos maiores êxodos rurais contemporâneos, invertendo em pouco mais de meio século a distribuição da população brasileira. Quando o século XX começou, 80% da população viviam no campo; quando terminou, restavam ali apenas 20% da população. Como a urbanização foi muito intensa e aconteceu, muitas vezes, de forma desordenada e precária (sem que a mão de obra deslocada fosse adequadamente absorvida pela dinâmica econômica), as grandes e médias cidades brasileiras têm hoje, como uma de suas características mais marcantes, cinturões periféricos ainda não inteiramente integrados à economia e à cultura urbana;
- as movimentações de expressivos segmentos populacionais entre as várias regiões, movimentações que, ao lado do êxodo rural, constituem uma das marcas do Brasil moderno e produzem um profundo redesenho demográfico do país com efeitos sociolinguísticos ainda não suficientemente perceptíveis e captados. Estão aqui as migrações

do Nordeste para a Amazônia (no fim do século XIX, ao tempo do ciclo da borracha; e, de novo, na década de 1970, com as frentes colonizadoras induzidas pelo regime militar), para o Sudeste (principalmente nas décadas de 1950 e 60, acompanhando os ciclos de industrialização) e para o Centro-Oeste (ao tempo da construção de Brasília); de Minas, São Paulo e do Nordeste para o norte do Paraná na década de 1940 e 50 (na esteira da expansão da agricultura cafeeira); do Extremo Sul para o oeste de Santa Catarina e do Paraná e, daí, para o Centro-Oeste e o Norte (acompanhando, a partir dos anos de 1940 e seguintes, as sucessivas frentes de ocupação e colonização das *terras novas* pelo excedente das populações agrícolas das antigas áreas de colonização alemã e italiana), frentes que, na esteira da produção agrícola intensiva, acabaram por chegar, nas últimas décadas, ao Pará e ao Nordeste (sul do Maranhão e do Piauí e Oeste da Bahia);

- a maciça presença dos meios de comunicação social (primeiro o rádio e, depois, a televisão), cobrindo todo o território nacional e tendo, como centros transmissores (a televisão em particular), o Rio de Janeiro e São Paulo;
- a expansão da rede escolar de ensino fundamental e a diminuição dos índices de analfabetismo (no início do século XX, 75% da população adulta brasileira eram analfabetos; no início do XXI, o índice estava em torno de 10%).

Esse conjunto de fatores – que na avaliação do historiador Daniel Aarão Reis (2014, p. 287) constituiu uma verdadeira revolução (“Houve uma revolução neste país, que não disse o seu nome, mas aconteceu”) – vem afetando de diferentes modos a realidade sociolinguística brasileira e muito do que se costuma dizer sobre ela precisará, aos poucos, ser reexaminado e redito com base em estudos sistemáticos de que são exemplos o trabalho pioneiro da linguista brasileira Stella Maris Bortoni-Ricardo (2011) e as análises de Lucchesi (2015).

Esses estudos poderão nos fornecer um quadro mais preciso dos efeitos do êxodo rural e das grandes migrações inter-regionais, que começaram no século XVIII, no período aurífero, e se intensificaram a partir do ciclo da borracha na Amazônia; da industrialização do Sudeste e da ocupação das diversas fronteiras agrícolas que foram se abrindo na segunda metade do século XX.

Que efeitos sociolinguísticos são perceptíveis na chegada dos migrantes rurais ao ambiente urbano; no encontro de nordestinos com populações ribeirinhas da Amazônia e com a população do Sudeste; no encontro de sulistas com habitantes tradicionais, povos indígenas e nordestinos no Centro-Oeste e no Norte? Como a escolarização e a presença quase universal dos meios de comunicação social afetam todas essas redes de inter-relações ainda muito cambiantes? Muitas são, portanto, as questões linguísticas em aberto na sociedade brasileira contemporânea.

Todo esse novo perfil social vai, inevitavelmente, pondo em crise os arraigados mitos e preconceitos e o anacrônico apego de segmentos médios e dominantes a um modelo irreal de língua. Está ficando, a cada dia, mais difícil manter as complexas questões linguísticas do Brasil fora do debate público. A sociedade brasileira está sendo desafiada a examinar e reconhecer sua cara linguística; a conhecer sua história sociolinguística e a responder adequadamente aos desafios linguístico-culturais postos por essa história e essa realidade.

Em síntese, o colonialismo português produziu realidades socioeconômicas muito diversas nos seus espaços coloniais sul-americanos com consequências para o perfil sociolinguístico da sociedade brasileira. A dispersão e heterogeneidade das *ilhas* coloniais limitaram, nos primeiros séculos, as possibilidades da língua do colonizador se estabelecer hegemonicamente até porque isso era de pouco valor para a produção mercantil, de um lado, e quase impossível na formação socioeconômica dos primeiros séculos na área sob influência de São Paulo.

À produção mercantil escravocrata bastava uma interlocução básica entre senhores e escravizados mediada pelos feitores. À classe senhorial pouco interessava, de fato, a língua de seus subalternos escravizados, que eram deixados, sob esse aspecto, à deriva. Tanto assim foi que, no Caribe açucareiro, em que a presença europeia era demograficamente minúscula, se desenvolveram, entre os escravizados, novas línguas, as chamadas línguas crioulas, como resposta às condições de quase impossibilidade comunicacional em suas línguas originárias, dado que eram reunidos, numa mesma plantação, falantes de línguas africanas diversas.

No Brasil, embora se repetisse a reunião, no mesmo espaço, de escravizados falantes de línguas muito diversas, não se chegou a desenvolver uma língua crioula de uso generalizado em razão, possivelmente, da maior presença de contingente populacional de origem europeia do que no Caribe, o que motivou também maior grau de miscigenação. Por outro lado, não se pode esquecer que a sociedade brasileira era mais complexa do que as sociedades agroexportadoras caribenhas. Já no século XVIII, havia uma acentuada urbanização, o que favorecia uma maior integração à vida social dos escravizados urbanos e das zonas mineradoras (cf. LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009, p. 62 e seg.).

O colonialismo mercantilista português deu origem, no Brasil, a uma sociedade dividida por um enorme fosso socioeconômico e polarizada, divisão e polarização que repercutiram diretamente sobre a realidade sociolinguística do país, também ainda hoje marcada por acentuada distância entre os falantes das variedades prestigiadas e os falantes das variedades estigmatizadas.

A língua portuguesa se, de um lado, garante hoje relativa unidade linguística à sociedade brasileira, de outro, sendo a sociedade ainda profundamente desigual, é fator de forte e poderosa discriminação. No fundo, estão as contradições resultantes do modo como o capitalismo industrial se estabeleceu no Brasil. Por suas fragilidades (em especial a insuficiência de capital e a dependência externa), o capitalismo industrial não conseguiu produzir mudanças estruturais

suficientes para superar as estruturas socioeconômicas arcaicas de origem colonial. O sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) dizia que o capitalismo brasileiro, por seu caráter periférico, não conseguiu realizar projetos modernizadores: não alcançou, por exemplo, nem a democratização da propriedade da terra, nem a integração socioeconômica dos afrodescendentes, nem a universalização da educação básica (cf. FERNANDES, 1975 e 1978). Desse modo, o espectro da sociedade colonial ainda assombra a sociedade brasileira em pleno século XXI.

5. O capitalismo industrial chega ao Brasil

Quando a guerra com o Paraguai terminou em 1870, a sociedade brasileira estava frente a vários dilemas econômicos, políticos e culturais. A economia escravocrata era claramente percebida como um anacronismo que contribuía para o atraso do país; o regime político monárquico estava exaurido; e a questão da nacionalidade, na qual estava embutida a questão linguística, emergia, cada vez mais acentuadamente, como crucial nos debates ideológicos.

O término definitivo do tráfico de escravizados em 1850 liberou capitais que puderam, então, ser investidos nos primeiros empreendimentos industriais. A elite econômica cafeeira, que controlava a política do Império, havia impedido, principalmente pelo controle do crédito (cf. CALDEIRA, 2017), que a industrialização e o capitalismo industrial se estabelecessem. Contudo, a liberação dos capitais com o fim do tráfico de escravizados tornou inevitável a emergência do capitalismo industrial no Brasil.

A elite cafeeira se beneficiava ainda da lógica do mercantilismo escravocrata, tendo agora o café como produto. O fim do tráfico, porém, trouxe também progressivamente uma crise de mão de obra para a produção agrícola, o que acabou por introduzir as relações capitalistas no campo. Abriram-se, então, os canais para a entrada maciça de imigrantes vindos de várias regiões da Europa e, mais tarde, do Japão, contingente populacional que, em boa parte, se inseriu na agricultura como força de trabalho remunerado.

Calcula-se que, durante a *grande imigração*, ocorrida entre 1870 e 1920, entraram no Brasil aproximadamente 4 milhões de pessoas, o que teve significativo impacto na sociedade brasileira, intensificando sua diversidade étnica, cultural e linguística. Os imigrantes trouxeram dezenas de línguas para o país, muitas ainda bem presentes em diferentes regiões, apesar das políticas repressoras do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945).

Por outro lado, as primeiras experiências industriais, ainda que limitadas até a proclamação da República em 1889, repercutiram num incremento da vida urbana, em especial no Rio de Janeiro. A imprensa se expandiu, cresceu a demanda dos segmentos médios por educação e ampliaram-se os debates ideológicos com a propaganda abolicionista e republicana e com as questões relativas à nacionalidade.

Foi nessa conjuntura que a língua portuguesa adquiriu, pela primeira vez no Brasil, o

estatuto de disciplina escolar, o que ocorreu com a criação de cátedra específica em 1872 no Colégio Pedro II, estabelecimento que servia de modelo e referência para toda a educação secundária. Foi também nesse Colégio que teve início um intenso ciclo de produção de gramáticas escolares, em especial depois que, em 1887, foram reformulados os programas de português com vistas aos exames que habilitavam os alunos à matrícula no ensino superior. Este, por sua vez, conheceria também um crescimento a partir da década de 1890.

No mesmo período, publicou-se, ao lado das gramáticas, a *Antologia Nacional*, um manual escolar de literatura com textos representativos de autores portugueses e brasileiros. Adotava-se a literatura como importante vetor para a constituição da nacionalidade. Não por acaso veio também a público em 1888 a primeira *História da literatura brasileira*, escrita por Sílvio Romero (1851-1914), um dos chamados *intérpretes do Brasil*, intelectuais que, nos séculos XIX e XX, formularam várias teses explicativas sobre as peculiaridades do país (cf. BOTELHO & SCHWARCZ, 2009; e CARDOSO, 2013). E, em 1897, fundou-se a Academia Brasileira de Letras com o objetivo de *cultivar a língua e a literatura nacionais*.

Havia aí todo um esforço para se dar forma e sentido à ideia de uma *nação* brasileira. O país só tinha alcançado uma unidade política estável por volta de 1850 quando cessaram as várias tentativas regionais de secessão e as forças políticas haviam se aliado no programa da chamada *conciliação*, que reuniu, no gabinete ministerial de 1853 e durante os dez anos seguintes, integrantes dos dois grandes partidos políticos do Império – o Conservador e o Liberal.

Apesar da estabilidade política alcançada, havia um entendimento de que, se o Estado estava consolidado, o Brasil não era ainda uma nação no sentido de que faltavam à sociedade brasileira liames que garantissem a formação e sedimentação de uma identidade coletiva e solidária nacional. Era, então, preciso construir a nação.

Um dos primeiros a expressar esse entendimento foi Paulino José Soares de Souza (1807-1866), o visconde do Uruguai, um dos mais destacados políticos do Império e autor da revisão, em 1840, do Ato Adicional de 1834 com o qual, ao tempo da Regência, se tinha alterado a Constituição do Império, descentralizando a administração pública com a concessão de maior autonomia às Províncias. Em sua revisão, Soares de Souza buscou recuperar a centralização administrativa porque, como justificaria em livros publicados na década de 1860, o Brasil, para se manter uno e para superar lenta e gradualmente o caráter excessivamente heterogêneo e debilmente integrado de sua sociedade, precisava de um regime político centralizado (cf. FERREIRA, 2009).

Essa maneira de pensar veio a constituir uma vertente intelectual e política muito vigorosa no Brasil. De um lado, a ideia de que era necessário um Estado forte, ou seja, de um Estado centralizado e autoritário, já que o Estado liberal seria incompatível com a inexistência no Brasil de uma nação. E, de outro, a ideia de que seria necessário investir na construção da *nação Brasil*, o que, no fundo, só seria possível por meio de um Estado forte que intervisse na vida

nacional de modo a constituir e solidificar as amarras nacionalizantes que lhe faltavam.

Ainda nas décadas de 1920 a 1940, segmentos da intelectualidade brasileira continuavam declarando que faltava ao Brasil efetiva *unidade nacional* (cf. CARVALHO, 1987). Esse senso de falta deu suporte a boa parte do ideário político-ideológico do regime saído da chamada Revolução de 1930 – movimento político-militar que teve sua base em segmentos da classe média urbana e dos empresários industriais, tirando do poder federal a aristocracia rural cafeeira.

Esse novo regime político deu amplo apoio à intensificação da industrialização do país e se empenhou em realizar reformas educacionais centralizadoras e de conteúdo nacionalista e patriótico; e, depois do golpe do Estado Novo (1937), se voltou para as campanhas de nacionalização do ensino nas colônias étnicas do Sul do país (cf., entre outros, SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000, cap. 5; e CAMPOS, 2006, cap. 1).

Foi, portanto, um período de predominância de uma concepção ideológica fortemente nacionalista. O discurso oficial passou a defender abertamente a necessidade de se garantir a unidade nacional. Tornaram-se nucleares e articuladoras nos discursos oficiais expressões como *pátria, coesão nacional, organismo nacional, unidade nacional, nação/nacionalidade brasileira, sentimento de brasilidade*. O adjetivo *nacional* adquiriu proeminência como qualificador: *Estado nacional, governo nacional, indústria nacional, trabalhador nacional, educação nacional, segurança nacional, língua nacional* (cf., por exemplo, os principais discursos do presidente Getúlio Vargas em D'ARAÚJO, 2011).

A *língua nacional* foi objeto de referência nos discursos do presidente Getúlio Vargas como fator constitutivo da nacionalidade. Assim, no discurso de 01 de maio de 1938, dizia ele: “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, **a unidade da língua**, a unidade do pensamento nacional” (cf. D'ARAÚJO, 2011, p. 375). Em 1940, voltava ao tema, afirmando: “Quando, em todos os recantos, em todas as latitudes, cada brasileiro mobilizar as suas energias no empenho decidido de formar **uma verdadeira comunidade de idioma**, de sentimentos, de interesses de ideais, poderemos exclamar com orgulho: o Brasil é uma grande e poderosa Nação” (cf. D'ARAÚJO, 2011, p. 428).

No ano anterior (1939), numa entrevista ao jornal *Paris Soir*, Vargas, respondendo a uma pergunta sobre a política de nacionalização dos núcleos de imigrantes, dava destaque à difusão escolar da língua portuguesa, dizendo: “A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional” (cf. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*).

Antes de prosseguir, é interessante registrar que a tese de que o Brasil é um Estado sem nação está de tal forma enraizada nas concepções ideológicas que, ainda em 1993, a famosa banda de rock *Legião Urbana*, em seu disco *O descobrimento do Brasil*, incluiu a música *Perfeição*, de Dado Villa-Lobos e Renato Russo, em que consta (surpreendentemente?) o verso

Nosso Estado que não é nação!

Um dos caminhos que se vislumbravam para dotar o Estado brasileiro de uma nação era precisamente a educação, como defendeu, já na virada do século XIX para o XX, outro dos *intérpretes do Brasil*, Manoel Bonfim (1868-1932). A educação entendida como meio para redenção dos nossos *males de origem* identificados por Bonfim no sistema colonial e no regime escravista (cf. BOTELHO, 2009).

Já a geração de 1880, ao reformar os programas escolares, dava claros sinais de sua crença no poder constitutivo da educação para a nacionalidade. Era preciso conhecer a história e a geografia do Brasil e, acima de tudo, dominar a língua portuguesa modelarmente trabalhada pelos seus grandes escritores. Daí a *Antologia Nacional* (cf. RAZZINI, 2000). E, claro, a farta produção brasileira de gramáticas do português nas últimas décadas do século XIX, um esforço normatizador como não se vira antes no país. Essas mesmas balizas linguísticas e literárias orientaram as reformas educacionais depois de 1930 e na década de 1940 e, de certa forma, continuam como fundamento do que estipulam hoje os documentos educacionais oficiais.

A nova dinâmica econômica que começava a se instalar no Brasil sob a lógica do capitalismo industrial (este modo de produção que teve, nas suas origens, precisamente o Estado-nação como um de seus pilares no controle dos mercados) introduziu, pois, no universo ideológico brasileiro, como temas centrais, a questão do Estado e da nacionalidade. Era preciso garantir e fortalecer sua unidade política e, ao mesmo tempo, investir no traçado das grandes linhas constitutivas da nação, em especial dos vetores simbólicos e imaginários que sustentassem um ideário de coletividade nacional, tendo como base sua herança europeia e, no fundo, apenas esta. Ou seja, pensar a nação brasileira “como o desdobramento, nos trópicos de uma civilização branca e europeia” (cf. GUIMARÃES, 1988, p. 8), tarefa a exigir, claro, imensos esforços, “devido à realidade social brasileira” (*Ibidem*).

Entre outros aspectos desse grande projeto, entendia-se que, diante da heterogeneidade linguística do país e das duas grandes variedades do português brasileiro, era preciso normatizar a língua estritamente de modo que ela não se afastasse do modelo europeu.

É importante destacar, neste ponto, que foi a própria intelectualidade no Brasil que desenvolveu um discurso de subordinação à norma europeia. Portugal nunca teve efetivamente uma política aguerrida e centralizada de gestão da língua (como fez a Espanha), com exceção das ações do governo do marquês de Pombal, no século XVIII, visando coibir o uso das línguas locais (a língua geral e as línguas indígenas) na Amazônia, embora, curiosamente, estimulasse seu uso nos domínios portugueses na Índia (cf. FARACO, 2016, p. 91-94).

Teve pouca repercussão, em termos de gestão da língua, a criação, em 1779, da Academia das Ciências de Lisboa. Ela é hoje um órgão consultivo (no artigo 5º. de seus Estatutos atuais se lê que ela é “o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística”) e entre seus

objetivos está o de estimular o enriquecimento e o estudo da língua.

Apesar disso, a Academia não foi criada como uma instituição voltada exclusivamente a questões de língua. Embora tenha uma Seção de Letras, seus objetivos são mais amplos, alcançando questões científicas em geral. Por isso, ela nunca teve papel político semelhante ao exercido pela Academia Francesa ou pela Real Academia Espanhola.

Basta lembrar, nesse sentido, que ela só conseguiu publicar um Dicionário com sua chancela em 2001, depois de duas tentativas fracassadas, uma no século XVIII e outra no começo do XX. Nunca promoveu a produção de uma gramática de referência (como a RAE). No fundo, só a questão ortográfica lhe ocupou a atenção, embora não lhe tenha cabido a tarefa de ordená-la, quando, em 1911, o governo português fixou a chamada ortografia nacional. Recebeu posteriormente mandato para conduzir, pelo lado português, as sucessivas negociações com vistas à unificação das bases ortográficas, processo que se estendeu por todo o século XX.

Mais recentemente, porém, o governo português, ao definir a implantação do Acordo Ortográfico de 1990 (Resolução 08/2011 do Conselho de Ministros), não tomou o Vocabulário Ortográfico da Academia como referência, mas adotou o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) produzido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), hoje vinculado à Universidade de Coimbra. Mais um sinal de que até mesmo na questão ortográfica a Academia das Ciências de Lisboa não consolidou um espaço efetivo de gestão.

Não há, portanto, e nunca houve, no contexto da língua portuguesa, uma gestão centralizada das questões linguísticas. As questões normativas resultam antes de gramáticas de autores do que de gramáticas institucionais (cf. LAGARES, 2016). E, no caso brasileiro, ela se configurou, nas últimas décadas do século XIX, como uma iniciativa autóctone, sem qualquer imposição da antiga metrópole.

O acirramento da questão linguística no Brasil teve a ver com as polêmicas que se deram em torno da literatura, em particular a propósito das obras de José de Alencar (1829-1877), romancista romântico defensor de um *abrasileiramento* da expressão literária. O pensamento conservador reagiu fortemente a esse projeto literário, criticando abertamente Alencar por seus *erros gramaticais* e defendendo uma total vassalagem dos escritores brasileiros aos padrões linguísticos portugueses (cf. FARACO, 2008, cap. 2). Para essa elite letrada, urbana e conservadora, a língua boa, verdadeira, legítima estava em outro lugar, não no Brasil.

É curioso destacar que as primeiras manifestações publicadas contra o que caracterizaria um afastamento da norma europeia apareceram na imprensa e pelas mãos não de gramáticos ou filólogos, mas de publicistas. Primeiro, publicistas portugueses radicados no Brasil e, depois, pelos próprios brasileiros.

Talvez esteja em 1842, no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), na edição de 22 de agosto (p. 1 e 2), o primeiro registro de um discurso prescritivista que, depois, tomará corpo e,

no seu formato inicial (as famigeradas listas de *erros*), ainda está entre nós. É naquela edição do *Jornal do Commercio* que aparece o texto *Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados, e que importaria corrigir*". Embora sem assinatura, foi atribuído posteriormente a José da Gama e Castro (1795-1873), médico português conservador (tinha sido partidário de D. Miguel na guerra civil portuguesa do início da década de 1830) que viveu no Rio de 1838 a 1842 e foi ativo colaborador da imprensa carioca.

Nesse artigo, são arrolados onze *vícios*, entre os quais a colocação pronominal ("não ha cousa que mais offenda o ouvido dos que estão acostumados a ler e ouvir fallar portuguez puro, como a viciosa collocação de certos pronomes que muita gente usa no Brazil"), o uso de *lhe* como objeto direto (*Amo-lhe de todo o coração*), a construção *Vende-se casas* ("um dos mais asquerosos solecismos"), o verbo *haver* existencial no plural (*Haviam muitas pessoas*), o uso da preposição *em* por *a* – *Fulano foi na igreja* ("é um erro mui grave"), o uso do infinitivo pessoal com o mesmo sujeito (*Muitos deputados projectárao oppõem-se a este projecto*) e alguns casos que o autor considerava como uso errado de palavras. Uma lista aleatória, acompanhada do comentário de que haveria outros vários casos, mas que, para o momento, bastavam os onze ali apresentados. Um primeiro passo na direção dos sucessivos elencos de *vícios e erros mais comuns* que se multiplicam entre nós desde então.

Posteriormente, na década de 1870, foi autor de discurso prescritivista com relativa repercussão o advogado e jornalista português José Feliciano de Castilho (1810-1879), que tinha se estabelecido no Rio de Janeiro em 1846. Na revista por ele criada em 1871, *Questões do dia*, e sob o pseudônimo de Lúcio Quinto Cincinato, foi ácido crítico da obra *O Gaúcho*, de José de Alencar (cf. BORGES, 2012), numa série de cartas trocadas com Semprônio (pseudônimo do romancista Franklin Távora, igualmente crítico ressentido de Alencar).

Essa crítica se fazia, na verdade, como parte de um esforço para desqualificar politicamente o romancista. Alencar tinha sido preterido pelo Imperador para ocupar uma vaga no Senado e, de volta à Câmara, criticava o Imperador e fazia oposição sistemática ao gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. Feliciano de Castilho, amigo do Imperador, tomou a si a tarefa de desmerecer Alencar. O raciocínio era mais ou menos o seguinte: se é escritor que escreve muito mal, que legitimidade política pode ter?

Castilho tomou, então, o romance publicado naquele ano e o demoliu, atacando seu enredo e personagens, mas também sua linguagem. Neste último aspecto, centrou fogo justamente na colocação dos pronomes clíticos (chegou a formular algumas regras prescritivas) que, a partir daí, foi se tornando a grande questão gramatical do prescritivismo brasileiro e encontrou, desta feita nas mãos do jornalista e crítico literário brasileiro Arthur Barreiros (1856-1885), sua quase apoteose no artigo que publicou em 1880 na *Revista Brasileira* (tomo V, 01/07/1880, p. 71-83) com o título *A collocação dos pronomes*. Nele, Barreiros começava suas ponderações sobre o tema com a seguinte observação (p. 71): "E quem se der ao trabalho de cotejar os li-

vros brasileiros com os portugueses notará (...) que é espantosa, phantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no periodo brasileiro”. E, na sequência, formulou mais umas tantas regras prescritivas.

Curiosamente, no necrológio de Barreiro, publicado no jornal *A Semana* (semanário do Rio de Janeiro), em 21 de fevereiro de 1885, seu diretor, Valentim Magalhães, entre os muitos elogios que fazia ao falecido, não deixou de incluir a seguinte afirmação: “Um pronome mal collocado na oração irritava-o a ponto de lhe dar febre”.

Só depois do artigo de Barreiros é que os filólogos e gramáticos entraram no debate desse assunto tão candente na onda prescritivista que assolou o Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, culminando com a polêmica sobre o texto do Código Civil.

É preciso entender essa postura conservadora e estreita em seu contexto. Ela era, no fundo, uma resposta ao perfil sociolinguístico da sociedade brasileira, dividida e polarizada entre as variedades prestigiadas dos letrados e as variedades estigmatizadas do português popular. E o mais paradoxal foi que mesmo as peculiaridades da fala culta brasileira não coincidentes com o padrão português foram logo classificadas de *erros* e têm sido sistematicamente condenadas desde então.

O problema agora não era mais as línguas indígenas. O problema era, na expressão da época, o *grosseiro dialeto do vulgo*, em especial o *pretoquês*. No fim do século XIX, temos um documento exemplar a este propósito. Trata-se de um texto escrito em 1888 por Araripe Jr. (1848-1911), um importante intelectual do fim do século XIX e início do XX (cf. PINTO, 1978, p. 234). Dizia ele que considerava equivocadas as observações do filólogo português Adolfo Coelho (1847-1919) sobre o *dialeto brasileiro* não porque não existisse tal dialeto, mas porque naquelas observações tinham sido confundidos o *falar atravessado dos africanos e outros fenômenos desta ordem* com o que se deveria considerar efetivamente como elemento novo na linguagem portuguesa.

Temos aí nominado, com todas as letras, o principal personagem a incomodar a elite letrada conservadora brasileira do século XIX (e a merecer-lhe irrestrito desprezo), ou seja, o português popular em geral, especialmente o *falar atravessado dos africanos*.

Esse incômodo vinha, porém, de longe. Nos debates parlamentares que precederam a lei de 7 de novembro de 1831 (que, em princípio e em decorrência do Tratado assinado entre a Grã-Bretanha e o Império do Brasil em 1826, proibia a importação de escravizados), o senador pernambucano Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, em sintonia com parte de seus colegas de Senado, dizia, em um de seus pronunciamentos: “o maior bem que nos resulta da abolição da escravatura (sic) [na verdade, da abolição do tráfico] (...) é arredarmos de nós esta raça bárbara que estraga os nossos costumes, a educação dos nossos filhos, o progresso da indústria e tudo quanto pode haver de útil, e até tem perdido *a nossa língua pura*” (cf. Atas do Senado,

15/6/1831, p. 366 – cit. por MAMIGONIAN, 2017, p. 75 – ênfase acrescida).

Nessas polêmicas linguísticas do século XIX, ocorreu o segundo grande momento da construção do imaginário social que ainda hoje sustenta o senso comum sobre a realidade linguística brasileira. Se do *Diretório dos Índios* saímos com a ideia de que somos um país monolíngue, do século XIX saímos com um arraigado desprezo pela nossa cara linguística: um desprezo por toda a variedade e heterogeneidade linguística do país, em especial a variação social, o português popular. No imaginário, não somos apenas um país monolíngue, somos um país uniforme linguisticamente. Se foi preciso lançar, no século XVIII, um interdito sobre as línguas indígenas; no século XIX, o interdito alcançou as variedades internas do português brasileiro. Introjeto no senso comum, este interdito nos leva à familiar e inúmeras vezes repetida afirmação de que os brasileiros não sabem falar português. Desse modo, o discurso sobre a língua portuguesa no Brasil oscila entre momentos de orgulho (por ser o país, supostamente, um *milagre* linguístico em que, num imenso território, uma só língua é falada – a ideologia do país monolíngue e uniforme) e momentos de autodesprezo (por, supostamente, os brasileiros não saberem falar bem o português – a ideologia do *complexo de colônia* – cf. OLIVEIRA & DORNELES, 2007).

Lembremos também que o processo de normatização que se conduziu, com denodo e fúria, nas últimas décadas do século XIX, instituiu entre nós um conflito entre a norma padrão (espelhada na norma europeia e cultivada pelas gramáticas) e a norma culta; ou, em outras palavras, entre a norma predicada pelas gramáticas e a norma praticada efetivamente pelos letrados brasileiros (para aproveitar as expressões de BARBOSA, 2015, p. 266) – conflito este que ainda nos persegue impiedosa e dolorosamente (cf. FARACO, 2008; e FARACO & ZILLES, 2017).

A última intervenção maciça do Estado em questões de língua veio na década de 1930, na chamada Campanha de Nacionalização conduzida pelo Estado Novo (1937-1945). O alvo eram, agora, as línguas de imigração (classificadas sempre, na legislação nacionalizante, como *estrangeiras*).

Via-se nas línguas de imigração uma ameaça à unidade territorial e nacional do país (cf., entre outros, PAYER, 1999). Negava-se a elas (como antes se fizera com as línguas indígenas) o estatuto de bens do patrimônio sociocultural do país. A política do Estado Novo reforçava, nesse sentido, a ideia de que somos um país monolíngue, uniforme e homogêneo. São expressivas, nesse sentido, as palavras do presidente Getúlio Vargas: “Temos um destino a realizar. Possuímos um vasto território, temos a mesma origem racial, **falamos a mesma língua**, temos a mesma história, a mesma religião, a mesma formação social, o mesmo sentimento de unidade pátria. Precisamos (...) fortalecer a consciência nacional” (*apud* PAYER, 1999, p. 66).

O golpe do Estado Novo foi em novembro de 1937 e, durante o ano de 1938, foram editados vários decretos-lei, determinando a obrigatoriedade do ensino primário nas escolas rurais exclusivamente em português (art. 85 do decreto-lei n. 406, de 04/05/1938; e art. 85 do decre-

to-lei n. 868, de 18/11/1938); e proibindo a edição, sem autorização do Conselho de Imigração e Colonização, de jornais, revistas ou outras publicações em quaisquer outros idiomas que não o português (art. 86 do decreto-lei n. 406, de 04/05/1938; e art. 86 do decreto-lei n. 868, de 18/11/1938)².

Mais genérico que os dois decretos-lei mencionados (que tinham as chamadas escolas étnicas como alvo), o decreto-lei n. 1.545, de 25/08/1939 (que dispunha sobre *a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros*), determinava, em seu art. 1o., a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos contribuírem para “a perfeita adaptação, **ao meio nacional**, dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, em particular “pelo ensino e uso da **língua nacional**, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de **caráter patriótico** e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma **consciência comum**”. E, em seu art. 15, expressamente proibia “o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”.

Essas medidas eram, de certa forma, o ponto culminante de um discurso que, desde o início do século XX, apontava as colônias de imigrantes existentes no Sul como perigosos quistos a ameaçar a unidade territorial e nacional do país. Mencionava-se em especial o *perigo alemão* (cf. SEYFERTH, 2007) porque se dizia que esses imigrantes não abriam mão de sua lealdade à terra de origem.

Concluindo

Nestas primeiras décadas do século XXI, a questão linguística no Brasil está, portanto, ainda marcada pela permanência da polarização português prestigiado/português popular, herança da sociedade colonial; e pela permanência do dilema normativo introduzido no fim do século XIX. Estão, portanto, ainda vivos e fortes, em várias dimensões da sociedade brasileira, inclusive na questão linguística, os efeitos do mercantilismo dos primeiros séculos e do capitalismo industrial do século XIX e XX.

O país, não obstante, começou a sentir, já na década de 1990, os efeitos das transformações econômicas que caracterizam o chamado capitalismo tardio, em especial o progressivo desmonte das fronteiras econômicas com a globalização da produção, do comércio e do fluxo de capitais e seu reflexo na relativização da importância do Estado-nação como força política controladora do mercado, bem como a movimentação de populações migrantes vindas da América Central e do Sul, da África e da Ásia. Da mesma forma, difundiram-se enormemente as tecnologias de informação e comunicação, alterando significativamente nossas relações sociais. Abre-se, assim, um novo e complexo capítulo da história social do português no Brasil.

2 Os textos da legislação brasileira citados neste texto são de fácil acesso no item Legislação do *site* da presidência da República: www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao. Acesso em 18/09/2018.

Como parte de uma tentativa de se situar na dinâmica da globalização, o Brasil criou em 1991, junto com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, o Mercosul – Mercado Comum do Sul. O objetivo primordial desse ente supranacional é constituir uma zona de livre comércio e uma política comercial comum. Desde 2002, o território do Mercosul passou a ser área de livre residência com direito ao trabalho dos cidadãos dos países-membros, o que, de certa forma, relativiza a relação estrita língua/nação e traz também a necessidade de diretivas de política linguística a estimular o ensino de espanhol no Brasil e de português nos demais países.

Por outro lado, estamos vivendo, nos tempos de hoje, imersos num imenso caldeirão de variedades linguísticas em convívio e em confronto. Estão aí as práticas formais de escrita, para as quais há, bem ou mal, uma tradição reguladora e padronizadora (dominada, porém, por poucos); as práticas de língua falada em grandes espaços públicos, que são alcançadas por um processo quase espontâneo de relativa padronização como efeito da difusão dos meios de comunicação social de massa; e a grande variedade de práticas locais de língua falada, que têm um forte efeito de diversificação linguística, seja por não serem alvo de padronização, seja porque são sentidas como emblemas das identidades locais.

Se o rádio e a televisão têm efeitos relativamente uniformizadores, a internet parece ir na direção contrária, favorecendo, pelo menos em parte, a dispersão e as forças descentralizadoras. Seu desenvolvimento ampliou, sem dúvida, o uso da escrita. Como nunca antes na história, acervos quase infinitos de textos (boa parte dos quais padronizada) estão ao alcance direto dos internautas. Ao mesmo tempo, tem-se a impressão de que nunca antes tantos escreveram tanto como nos meios eletrônicos (textos, porém, nem sempre padronizados). Mais ainda: a possibilidade quase ilimitada de incontáveis fontes criarem e difundirem vídeos, tornou audíveis as mais diferentes variedades da língua, nem todas presentes nos outros meios de comunicação social. Assim, no amplo espaço da internet, encontram-se em ação forças linguísticas centrípetas e centrífugas (com aparente predominância destas), cujos efeitos não são ainda suficientemente perceptíveis. Que resultados trará a ampla circulação da escrita não padronizada? Que resultados decorrerão da abertura da internet às mais diversas variedades da língua? Só o futuro dirá.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, M.A.L. de. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c.1850)*. Dissertação de mestrado em História social. Campinas: UNICAMP, 2012.

ALMEIDA, R.H. de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BARBOSA, A.G. Variação linguística no curso de Letras: práticas de ensino. In: ZILLES & FARACO (orgs.). 2015, p. 249-286.

BARREIROS, A. A colocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, tomo V, 1/7/1880, p. 71-83. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=81432> (acessado em 19/9/18)

BICALHO, M.F.B. & FERLINI, V.L.A. (orgs.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 59/60, jul./ago., 1939.

BORGES, V.R. Observações literárias de um cidadão português sobre a produção de José de Alencar na Revista Fluminense *Questões do Dia*. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, UFG*, v. 9, n. 1, p. 111-28, jan-jun/2012.

BORTONI-RICARDO, S.M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

BOTELHO, A. Manoel Bonfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: ____ & SCHWARCZ, 2009, p. 118-131.

____ & SCHWARCZ, L.M. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, E. *Brasil: uma história*. São Paulo: Ática, 2003.

CALDEIRA, J. *História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALLOU, D. Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro no século XIX. In: ALK-MIM (org.), p. 281-92, 2002.

____ & BARBOSA, A. Normatização e ensino em final dos oitocentos. In: AGUILERA (org.), p. 631-53, 2009.

CAMPOS, C.M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

CARDOSO, F.H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, S.A.M.; MOTA, J.A. & SILVA, R.V.M. (orgs.). *Quinhentos anos de história lin-*

guística do Brasil. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

CARVALHO, J.M. de. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, J.G. Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados, e que muito importaria corrigir. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1842, p. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03 (acessado em 19/9/18).

CINCINATO, L.Q. [pseud.] CASTILHO, J.F. *Questões do dia*: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lúcio Q. Cincinato, t. I, n. 11, 5/10/1871, p. 6-8. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia Imparcial, 1871.

D'ARAÚJO, M.C. (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

_____. & ZILLES, A.M.S. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERREIRA, G.N. Visconde do Uruguai: teoria e prática do estado brasileiro. In: BOTELHO & SCHWARCZ, 2009, p. 18-31.

FREIRE, J.R.B. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica/EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, M.L.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan./jun., 1988.

HOLANDA, S.B. de. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed./32. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAGARES, X.C. Dinámicas normativas del español y del portugués. In: ARNOUX & LAURIA, 2016. p. 283-98.

LIMA, I.P. de. Amores e desamores em torno da língua para uma antologia do campo poético à língua portuguesa. *GRIAL – Revista Galega de Cultura*, n. 196, t. L, Vigo, p. 102-7, 2012.

LIMA, I.S. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil. *Estudos Históricos*, vol. 25, n. 50, p. 352-69, julho-dezembro de 2012.

_____. Práticas e fronteiras: africanos, descendentes e língua nacional no Rio de Janeiro. In: ____ & CARMO, L. do (orgs.), 2014. p. 229-48.

_____ & CARMO, L. do (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S. & CARMO, L. do (orgs.), 2008. p. 151-180.

_____; BAXTER, A. e RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, P.A.I. A palavra e o império: a *Arte da Língua Brasilica* e a conquista do Maranhão. *Revista de História*, n. 165, p. 367-401, jul./dez. 2011.

MAGALHÃES, V. Arthur Barreiros. *A Semana*, n. 8, 21 de fevereiro de 1885, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=383422-69> (acessado em 19/9/18).

MAMIGONIAN, B.G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MATTOS, I.R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

OLIVEIRA, G.M. de & DORNELES, C. (2007). Políticas internacionais del portugués (ARI nº 135/2007). Disponível na página da Fundación Real Instituto Elcano (Madrid) em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/Lengua+y+Cultura/ARI135-2007 (acessado em 12/03/2014).

PAYER, M.O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1999.

PETTER, M.M. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S.A.M.; MOTA, J.A. & SILVA, R.V.M. (orgs.), 2006, p. 117-42.

PINTO, E.P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, I – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RAZZINI, M. de P.G. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)*. Tese de Doutorado em Letras. Campinas: UNICAMP, 2000.

REIS, D.A. E assim se fez um país... In: ____ (org.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Vol. 5 – *História do Brasil Nação: 1808-2010* (coleção sob direção de L. M. Schwarcz). Rio de Janeiro: Fundação Mapfre & Editora Objetiva, 2014, p. 285-8.

REIS, J.J. Presença negra: conflitos e encontros. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007, p. 79-99.

RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCHWARCZ, L.M. & STARLING, H.M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

____ & GOMES, F. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B. & COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, G. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambiguidade e alotropia na ideia de nação. In: BASTOS; ALMEIDA & FELDMAN-BIANCO (orgs.). 2007, p.269-311.

SILVA, A. da C. As marcas do período. In: ____ (coord.), 2011, p. 23-33.

_____. (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

SILVA, R.V.M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VENÂNCIO, R.P. Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007, p. 61-77.

ZILLES, A.M.S. & FARACO, C.A. (orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.

Sobre Dinah Callou — Carlos Alberto Faraco³

3 É para mim uma honra participar deste número especial da revista Diadorim em homenagem a Dinah Callou. Não fui aluno nem colega de trabalho de Dinah. No entanto, pude conviver com ela em vários eventos acadêmicos e também na COLIP, Comissão de especialistas criada pelo MEC em 2005. Em todas as ocasiões, pude aquilatar as muitas qualidades pessoais e profissionais de Dinah: sua franqueza, seu rigor acadêmico e seus compromissos políticos com a Universidade pública. Sou, por isso tudo, grande admirador de Dinah e me sinto muito feliz por ter estabelecido com ela laços de amizade.